

Os saudosos da inflação

30 JUN 1998

Econ. Brasil

Maílson da Nóbrega

CORREIO BRAZILIENSE

O quarto ano do Plano Real foi o mais difícil de todos. Houve sério risco de fracasso com a crise asiática. Poderia ter acontecido uma crise cambial que levaria a uma grande desvalorização da moeda. As chances de retomada da inflação e do processo de indexação seriam elevadas.

A reação do governo à crise — a forte elevação dos juros e um pacote fiscal de emergência — isolou o país do contágio que afetava outros mercados emergentes, mas contraiu a atividade econômica e respondeu pelo pior desempenho do PIB desde 1994. O crescimento em 1998 deverá ficar abaixo de 2%.

A queda do ritmo de crescimento da economia contribuiu, como se sabe, para ampliar o nível de desemprego, o qual já estava se elevando em face da reestruturação produtiva da economia. O ajuste ao novo ambiente de estabilidade e concorrência tem produzido natural destruição de postos de trabalho (especialmente na indústria), que a partir de 1997 deixou de ser compensada pela criação de empregos

no setor de serviços.

É certo que a estabilidade monetária ainda não gerou, como muitos esperavam, o retorno de altas taxas de crescimento, o que vem criando clima para o discurso populista na oposição e nas hostes governistas. Tornou-se freqüente a afirmação de que o governo foi competente para acabar com a inflação, mas não para gerar o crescimento.

Com base na falsa premissa de que o desenvolvimento é uma questão de vontade dos governantes, essas vozes buscam construir um raciocínio perverso, o de que a estabilidade trazida pelo Plano Real não está compensando os sacrifícios representados pela perda de empregos, pelas quebras de empresas e pelo aumento da inadimplência.

O deputado Michel Temer candidatou-se a oráculo do pensamento saudosista ao propor um pouco de inflação em troca de maiores despesas públicas em programas sociais. Ou seja, defendeu que os pobres, os que mais perdem com a inflação, financiem uma gasta que

tem nítido objetivo eleitoral.

O lema dessa insidiosa campanha poderia ser: chega de estabilidade! É preciso crescer já e elevar os gastos sociais! Afinal, inexiste risco pessoal ou político para os cultores do ultrapassado nacional-desenvolvimentismo. Se der errado, a culpa sempre será do governo. Com certeza, eles estarão a postos para a condenação.

Já era hora de o presidente da Câmara e seus silenciosos seguidores à direita e à esquerda do espectro político se educarem para a idéia de que o desenvolvimento é um processo. O PIB cresce regularmente caso seja possível construir um conjunto de condições favoráveis ao crescimento da produção e da produtividade.

É preciso dispor, entre outras dessas condições, de nível adequado de poupança e capital físico, de tecnologia, de mão-de-obra treinada, de capacidade empresarial e de um ambiente institucional que assegure a reunião desses recursos em prol do desenvolvimento. O Brasil depende de reformas estru-

turais para alcançar essa situação.

É verdade que o desenvolvimento poderia ressurgir com uma maxidesvalorização, um aumento de gastos, o protecionismo ou um festival de subsídios. Teria, contudo, fôlego curto, pois se interromperia quando o desequilíbrio externo e as pressões inflacionárias pussem um fim ao Plano Real.

A estabilidade monetária por si só não assegura o retorno ao crescimento. Destruí-la com medidas demagógicas não é igualmente a saída. Também não vale a continuidade do baixo crescimento, pois isso fertilizará o território onde os irresponsáveis de todos os credos buscarão colher frutos eleitorais à custa dos mais fracos.

A solução não é condenar a estabilidade, mas lutar para sua consolidação e para que se criem as condições para a volta do crescimento sustentado. Sem reformas, esses objetivos dificilmente serão atingidos e ficaremos à mercê dos demagogos.

■ Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, é consultor econômico